

Dossiê – Metodologias de Pesquisa em Psicanálise: Caminhos, Paradoxos e Impasses.

Sujeito e pertencimento: torções psicanalíticas diante das políticas públicas de ações afirmativas

Roberto Calazans¹

Maria Caroline Cardoso Gomes²

Resumo

Quais reflexões metodológicas se impõem à Psicanálise quando atende sujeitos que foram sistematicamente segregados na sociedade brasileira, mais especificamente no território universitário? Tendo isso em vista, propomos uma reflexão psicanalítica sobre o sujeito e a noção de pertencimento no contexto das políticas públicas de ações afirmativas. Com base nas escutas clínicas e grupos de conversação, nota-se que as políticas públicas, ao promoverem o acesso de grupos historicamente excluídos a espaços institucionais, como a universidade, produzem efeitos subjetivos que tensionam as formas tradicionais de reconhecimento e identificação. A partir da teoria psicanalítica, buscamos elucidar a relação do discurso do capitalista na inscrição e percepção dos efeitos da produção de significantes massificados. O conceito de monossintoma é utilizado como ferramenta teórica para sustentar essa leitura. Assim, a proposta com os grupos de conversação passa pelo lugar de oferecer escuta para as torções que os sujeitos realizam para pertencer ao território universitário, sem perder de vista as marcas do inconsciente e da história coletiva que o atravessam. Assim, o pertencimento, mais do que uma identidade fixa, constitui-se como um processo em constante elaboração.

Palavras-chave: Psicanálise. Ações afirmativas. Pertencimento. Monossintoma.

1 Psicanalista. Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Fundador do Gbalá: Psicanálise do Racismo e Políticas Públicas. Cofundador do Nupep/UFSJ e do Programa Pintando o Setting: Clínica do Autismo (Minas Gerais, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1455-2143>. E-mail de contato: calazans@ufs.edu.br

2 Psicanalista. Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Mestra em Psicologia pela UFSJ. Membro do Gbalá: Psicanálise do Racismo e Políticas Públicas (Minas Gerais, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9950-8661>. E-mail: marcolinec@gmail.com

Introdução

No ano de 2024, desenvolvemos o Programa Gbalá: Psicanálise do Racismo e Políticas Públicas³. Uma de suas linhas de ação é escutar e pensar como (e com) os negros, indígenas, pessoas com deficiências, pessoas em vulnerabilidade e quilombolas, a partir de 2023, pensam sobre o pertencimento à comunidade universitária. Esses segmentos são parte da população marginalizada no processo de modernização do Brasil desde a proclamação da República, sendo também alijada dos processos de mobilização social que a formação universitária permite. Se a universidade reproduz a sociedade em seu processo de exclusão, as políticas de ações afirmativas surgem na tentativa de reduzir essa distância.

No entanto, outros dispositivos de exclusão podem ser utilizados para processos de segregação dentro da universidade. Um deles é justamente a não mudança da estrutura universitária para acolher não apenas pessoas historicamente segregadas, mas também a história e os saberes segregados com elas e seus modos de convivência. Introduzir um sujeito em uma estrutura com forma de segregação é impor a eles violências, ainda que por outros caminhos. Em termos mais apropriados: políticas de pertencimento à comunidade não são criadas. Essas políticas valorizariam seus saberes e suas histórias sem impor a elas um abandono de suas comunidades, entendendo comunidades por um conjunto de práxis, saberes e vivências que sempre foram alijadas da comunidade universitária. O processo de entrada nas universidades pode, devido à falta de políticas de pertencimento, incorrer em uma violência em que se exige o alijamento da subjetividade dos próprios sujeitos.

Por outro lado, assim como a política de cotas raciais no contexto das ações afirmativas foi uma conquista do Movimento Negro, o que demonstra a importância do seu ativismo, a população oriunda das políticas de ações afirmativas encontra estratégias — como a criação de coletivos — para sustentar sua presença no espaço universitário, impactando também outras minoranças que não são contempladas nas políticas de cotas, como as mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+.

Desse modo, após dez anos da institucionalização da política de cotas para ingresso na graduação e nove anos de políticas de cotas para entrada de servidores públicos federais, quatro questões precisam ser colocadas. Primeira: é suficiente uma política de permanência que não leve em consideração políticas de pertencimento? Segunda: como a população que entra em políticas de cotas, principalmente a partir dos coletivos, encaram uma possibilidade de pertencimento à comunidade universitária, que não muda sua estrutura para uma pluralidade de saberes que foram alijados na modernização do país? Terceira: qual o impacto em termos de saúde mental sobre a população que entra na universidade, mas sem políticas de pertencimento? Quarta: se em relação ao acesso à educação temos ações que compõem o conjunto das ações afirmativas, por outro lado, como não pensar o pertencimento sem levar em consideração, também, a parcela da população mais invisibilizada, as mulheres negras,

³ O Gbalá: Psicanálise do Racismo e Políticas Públicas é um projeto que nasceu em 2024 e conjuga, em seu programa de trabalho, a pesquisa, a extensão, o ensino e a transmissão da Psicanálise na universidade.

principalmente as que fazem parte da comunidade sem o devido reconhecimento, que são as mulheres negras que trabalham na faxina da universidade.

Aqui, caberia ainda mencionar um desafio que se fez presente em todos os casos atendidos em nossa clínica, isto é, o fato de que essas populações são afetadas por inúmeros atravessamentos que se dão em sua relação com o corpo. Dessa forma, consideramos necessário possibilitar que a partir desses significantes massificantes se pudesse contar outra história, possibilitando, assim, a criação de saídas e elaborações elegantes (Lacan, 1955-1956/1985), ou seja, a criação de um significante novo que possibilite o deslizamento da cadeia. Saída elegante porque considera como um singular que não cede de seu desejo de poder estar no laço social e interrogá-lo.

Chamaremos essa possibilidade, baseando-nos no historiador Omar Acha (2007), de historiografia lacaniana: um tensionamento que permite que tanto a Psicanálise possa ouvir as histórias na História quanto a historiografia de reconhecer ali a marca de um sujeito por meio de outras linguagens, mesmo que não reconhecidas pelo arquivo oficial, como sempre foram os saberes da população negra, indígena, quilombola e periférica, como aquelas que necessitam de políticas reparatórias tais quais as de ações afirmativas.

Para que possamos dar sustentação a essa perspectiva, consideramos que o corpo também pode operar como arquivo que conta histórias. Consideramos então que as quatro questões elencadas anteriormente nos dão direção e notícias dessa violência imperial, uma vez que elas abordam histórias plausíveis, ainda que não questionem as violências que formaram a base para isso. Apontando para o horizonte de que deve haver uma forma possível, como nos prova Azoulay (2024), para reescrever a história que congela pessoas, no lugar de meras beneficiárias da dívida de direitos concedidos por seus captores, apostamos na direção metodológica de uma historiografia lacaniana oferecida por Acha (2007) que afirma que a história psicanalítica se inscreve no campo da palavra e que, portanto, a partir dela, seria possível elaborar narrativas baseadas em uma verdade reconstruída, geralmente em fragmentos. Assim, a Psicanálise, também sendo lida pela historiografia e possibilitando a história, é uma possibilidade de reconhecimento dessas historiografias de escritas que não são reconhecidas pelo arquivo, mas por uma história potencial que demanda uma escuta.

Diante dessas questões, desenvolvemos uma rede de atendimentos tanto para estudantes de cursinho popular quanto para estudantes que ingressaram por ações afirmativas e faxineiras dentro da universidade. Por ser no espaço da universidade e tratar de sujeitos que foram invisibilizados e emudecidos, como a Psicanálise pode se organizar nesse território universitário? Fizemos então levantamento de metodologias de trabalhos psicanalíticos que incidem no território e que abrangem a população vulnerável para podermos pensar as alterações que são necessárias, principalmente na torção que fizemos tanto do conceito de monossintoma quanto da conversação e dos impasses encontrados até agora. É o que apresentaremos neste artigo. Num próximo artigo, apresentaremos os dados propriamente clínicos dessa orientação metodológica. Nestes, apresentaremos a necessidade de pensar uma orientação metodológica e os impasses que a institucionalidade do racismo traz para a sua implementação, assim como terminamos apresentando uma proposta para suplantá-la.

Problematisando princípios metodológicos da Psicanálise quando se depara com as questões raciais na universidade

A Psicanálise é uma clínica e, como tal, não pode deixar de considerar o encontro que ela promove, com sua oferta à fala, com os sujeitos. Caso contrário, estaremos às voltas com uma perda dos princípios clínicos: estar aberto ao acaso e ao encontro, como lembra François Ansermet (2003). Mas entre os princípios da Psicanálise e o encontro singular há um termo médio que podemos chamar de historicidade — a historicidade e os processos de repetição histórica afetam os sujeitos e seus corpos em um determinado território. Estarmos atentos a esse termo médio é importante quando vamos atender sujeitos que foram segregados pela própria sociedade, como os negros brasileiros. É o que aprendemos com Maria Lúcia Silva (2017), quando ela diz que “é preciso a inauguração de uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades” (p. 87). Logo, entendemos que uma boa clínica psicanalítica deva levar em consideração a sua episteme — os princípios da temporalidade; de uma historicidade e as diversas maneiras de contar histórias no tempo; e do inesperado que a singularidade do sujeito aponta no dia a dia dos atendimentos.

Desse modo, uma clínica psicanalítica no ambiente universitário não pode deixar de considerar que os negros brasileiros são os descendentes dos escravizados da época do Brasil Colônia e Imperial. Como escravizados, eram tomados como mercadorias e, assim, sem acesso ao que permite, em um país liberal, tornar alguém um cidadão e um indivíduo livre: o acesso à educação. Como demonstra Lívia Sant’Anna Vaz (2022), vários decretos no Brasil Império impediam o acesso do negro à educação. Isso fica claro no exemplo de Pretextato do Passos e Silva, que criou — por apenas dois anos — a primeira escola para crianças pretas e pardas. Isso porque as escolas do Rio de Janeiro do século XIX não aceitavam essas crianças (Gomes et al., 2021). Essa questão se atualiza no processo de “modernização” da educação da era Vargas, que negava a existência do racismo — e, com isso, negava a presença da história e cultura negra no Brasil no processo de Educação (Santos, 2022); ou como demonstra ainda a necessidade de ações afirmativas para negros e indígenas para acesso à universidade pública e a tentativa sempre presente de suprimi-la, eliminando a possibilidade de ascensão social de negros e indígenas.

A tentativa de evitar a educação dos negros e indígenas foi (e ainda é) apenas mais uma estratégia de apagar a presença de suas histórias e culturas, pois se o racismo tem como alvo a cor e o corpo, é porque essa cor e esse corpo apontam para uma história que é negada a todo momento, tentando impedir que ela possa ser contada. Afinal, se essa história e essa cultura forem contadas, ela demonstra que outros modos de vida em comum podem ser vividos — e são vividos por meio das escolas de samba, das congadas, dos reinados, das rodas de capoeira, dos bailes funk e nos slams de hip-hop, nos terreiros de matriz africana. E aqui o que estamos chamando de historicidade se alia ao que vamos chamar de episteme: há uma lógica operacional que não pode ser reconhecida como tal a partir desses modos de presença no país. Assim como Freud parte do reconhecimento de que no sintoma há

uma lógica operando e não apenas um erro, não seria o momento de, a partir da Psicanálise, ouvirmos essa lógica operacional no nosso país, levando a Psicanálise a um novo passo em suas elaborações metodológicas?

Mais ainda, impõe-se reconhecer que a própria língua — elemento constitutivo da criação e da transmissão de qualquer método — não é, como afirma Lélia Gonzalez (2020), meramente portuguesa, mas resultado de um entrecruzamento histórico de matrizes linguísticas, atravessado pelo modo africano de falar e de legar uma herança sistematicamente negada. Tal apagamento opera não apenas entre sujeitos negros, submetidos a processos de desidentificação, mas sobretudo entre sujeitos brancos que orientam seus olhos, seus corpos e suas identificações para um liberalismo europeu idealizado. Nessa recusa, evidencia-se a negação daquilo que constitui matéria fundante do próprio trabalho psicanalítico: a fala e a linguagem como lugares de inscrição do sujeito. Sem esse reconhecimento no território brasileiro — e, mais especificamente, universitário —, os discursos sobre a Psicanálise na universidade correm o risco de serem abordados de maneira meramente produtivista, sem um impacto real sobre a universidade e seus membros.

Esse ponto é importante porque podemos dizer que, se os negros em países ocidentais, como diz Paul Gilroy (2012), têm dupla consciência, podemos dizer que os brancos renegam essa dupla consciência, tentando fazer com que os negros sejam invisibilizados. E isso afeta justamente os negros quando entram nas universidades, que é um território cuja estrutura é avessa à presença desses sujeitos. Entendemos território de duas maneiras: um conjunto de práticas e valores que acolhem uns e segregam outros; esses valores atravessam também os corpos dos sujeitos, tornando-os, nessa articulação entre singularidade subjetiva e a historicidade dos corpos, em territórios também. Tomamos essa ideia inspirados em Maria Lúcia Silva e Noemi Moritz Kon (2024, p. 28), quando nos trazem a noção de corpo-território. Esse corpo-território, quando adentra por meio de ações afirmativas na universidade, é atacado de diversas maneiras pelo racismo institucional: a falta de oportunidades em projetos; a falta de indicação para bolsas e estágios; a falta material que leva muitos discentes a trabalharem sem poderem se dedicar plenamente ao curso. Esse corpo-território passa a ser considerado uma massa subordinada a um significante que o generaliza — estudante de cursinho popular; estudante de ações afirmativas; faxineiras — e, ao generalizar, os invisibilizam novamente.

Quando consideramos a ideia de território periférico, é porque sobre ele se impôs um conjunto de valores, sendo o principal forjado pela branquitude, de que se deve sair desse território com menor valor e ascender socialmente para o território central, que é o centro. Mas quando escutamos as pessoas no território, encontramos, além do território com valores impostos pela branquitude e pelo liberalismo, não apenas os valores impostos, mas os valores que eram considerados inferiores por virem da ascendência da população escravizada e que se atualiza constantemente. Essa divisão, a nosso ver, acomete a população periférica principalmente quando nos referimos aos corpos negros que entram na universidade. De um lado, o valor imposto que considera que a universidade é um lugar de ascensão social, conforme a lógica do branqueamento; de outro, esse corpo negro traz para a universidade o que ela não suporta: uma pluralidade de epistemes. Por isso consideramos esses corpos

como corpos-território e a universidade como um território em disputa, mesmo após a implementação das cotas étnico-raciais.

Destarte, nossa questão passa a questionar: o que a Psicanálise precisa pensar para atender aos sujeitos que ainda não entraram na universidade, que são periféricos, em sua maioria negros? Como ela se transforma em sua práxis para levar em consideração esses sujeitos? Como ela se transforma quando articula a episteme de seus princípios, a singularidade do sujeito e o termo médio da historicidade? A Psicanálise é uma práxis que sempre leva em consideração aquilo que não é admitido pela documentação oficial e que encontra outros meios de se expressar. É assim para o sujeito e o é ainda mais para o sujeito marcado socialmente como negro: o que é negro no Brasil não é documentado no campo do arquivo, mas isso não significa que a sua história, cultura e atualidades não encontre outros modos de se apresentar e de se transmitir. E isso vamos abordar aqui, inspirados em Neusa Santos Souza (2021), quando falamos do negro em ascensão social, que é o caso dos estudantes de cursinho popular pré-vestibular e o de alunos que entraram na universidade por ações afirmativas.

Afinal, um território é onde uma história se escreve tanto em comum como no um a um, mas sempre entendendo que haver o um a um não é necessariamente haver um isolamento individual. Por isso consideramos importante trazer para a universidade modalidades de atendimento psicanalítico que encontramos nos territórios, pois é preciso que a universidade passe a se considerar como um território em disputa, e não um terreno neutro ou necessariamente evoluído, uma vez que esse mesmo modelo de universidade promoveu conhecimentos que excluíram as epistemes africanas e indígenas. Em vista disso, demonstraremos a importância de uma Psicanálise que, ao atender estudantes de cursinho popular, que entraram por ações afirmativas e as faxineiras da universidade, privilegie significantes que não os massifiquem ou os segreguem. Posto isso nosso projeto de atendimento na universidade a esses sujeitos parte da premissa de que eles podem ser atendidos quando são identificados por esses significantes, mas com a condição de que sejam atendidos como sujeitos, ou seja, que suas falas permitam que eles se sustentem na universidade não apenas pelo que os identificam ao olhar do outro, mas por sua posição ética desejante sendo reconhecida por um analista.

Como psicanalistas, acreditamos na importância da noção de sujeito e de singularidade que ela traz, mas como negros, mulheres e periféricos acreditamos que essa singularidade não é contraposta à comunidade e que em comunidade também se pode, aí sim, ouvir o um a um e não massificar as pessoas em identidades genéricas, mas escutá-las como uma identidade situada. Tomamos aqui o comum na definição de Jorge Aléman (2024): “o comum não é a homogeneidade da massa nem o caráter de equivalência da mercadoria. É o lugar onde a diferença absoluta pode realizar-se e atingir sua máxima expressão” (p. 58).

Quatro experiências na Psicanálise brasileira

Elencamos quatro experiências brasileiras nas quais se observa a constituição de um território a partir da Psicanálise, considerando a tensão entre dimensões macroestruturais e

micropolíticas. Duas dessas experiências ocorreram no espaço do consultório e produziram condições subjetivas e metodológicas que possibilitaram o desdobramento das outras duas, realizadas diretamente no território entendido como o espaço concreto da vida cotidiana — seja ele o local de moradia ou de escolarização. Todas elas apontam para pontos de nossa história que não eram considerados. Porém, como métodos, são torções a partir de uma determinada tradição tensionada com a experiência ou com o problema colocado. Em termos gerais, podemos dizer, psicanaliticamente, como fazer com que a transferência se estabeleça para que um saber possa se produzir e circular para além da repetição, seja do racismo, seja dos impasses para sair dele?

1. A primeira é a de Neusa Santos Souza⁴ (2021), ao se interrogar sobre a questão do negro em ascensão social quando tem que se haver com um impossível que muitas vezes não é considerado quando estamos às voltas com o branco em um país que foi colonizado e até hoje sofre os efeitos da escravização: “Tornar-se negro, portanto, ou consumir-se por cumprir o veredito impossível — desejo do Outro — de vir a ser branco, são as alternativas genéricas que se colocam ao negro brasileiro que responde positivamente ao apelo de ascensão social” (p. 115). Ao negro brasileiro, a outros pode ser de outra forma o apelo do Outro, por isso urge que a clínica psicanalítica aja pontualmente para lidar com essa vertente da impotência no Brasil.

2. A segunda é a de Isildinha Baptista Nogueira (2021) em seu *A cor do Inconsciente*. Seguindo, de certo modo, o caminho de Neusa Santos Souza, recolhe no consultório os impasses de negros que chegam até lá. E como esse processo, que os colocam em impasses identificatórios e narcísicos por serem lidos como negros pela sociedade, os alienam no lugar de subalternos, podendo inclusive comprometer a ação do negro no campo político — e, por conseguinte, do território: “A contribuição desse estudo não é a de servir de argumento contra a ação política dos negros, mas antes a de alertar para o fato de que tal ação política pode vir a ser comprometida e limitada pela falta de consciência, de parte dos negros, do processo da formação, em sua própria psiquê, das representações imaginárias e simbólicas do corpo negro” (p. 175). Ou seja, levar em consideração processos de alienação é importante não apenas socialmente, mas subjetivamente, pois impacta diretamente a atuação negra para mudança em seu território.

As duas mostram um aspecto territorial que precisa ser levado em conta na clínica psicanalítica, especialmente quando diz respeito à pessoa negra. Destarte, consideramos tratar-se de uma torção metodológica, mesmo que seja num nível micro em referência ao nível macro. É uma mudança metodológica, pois leva em consideração a escuta para além de um formalismo vazio sobre o inconsciente — o que nunca foi a proposta de Freud, nem a de Lacan. Aqui, em relação ao território, podemos remontar ao que Beatriz Nascimento

4 Não estamos ignorando nem o trabalho de Virgínia Bicudo em São Paulo sobre o preconceito, que é uma primeira obra verdadeiramente psicanalítica em terras brasileiras, ou de Hélio Pellegrino, bem recenseado recentemente por Tânia Rivera. Estamos apenas circunscrevendo algumas que passaram a ser revalorizadas ou que foram elaboradas recentemente. E também não ignoramos outras experiências que se dão nas redes de saúde mental, apenas estamos preocupados, neste momento, em demonstrar a importância de pensar metodologicamente em uma clínica psicanalítica.

(2022) diz sobre o quilombo como um espaço de encontro que pode ressoar sobre a noção de território:

O quilombo no Rio de Janeiro é uma favela, uma manifestação de dança negra — o Black Rio —, um trem da Central, uma nova escola do subúrbio. Estando o negro com outro negro já é um quilombo. Num sentido mais amplo é o seguinte: esteja o negro com o negro americano, esteja com o Pelé, ou consigo, e esteja com o branco se este não for opressor (p. 130).

A definição de quilombo proposta por Beatriz Nascimento permite compreender que a oferta da palavra pode instaurar um território simbólico, de modo que mesmo um tratamento individual não se dissocie do campo social no qual o sujeito está inscrito. Quando os significantes massificantes que o identificam são colocados em suspensão pela via da associação livre, abre-se a possibilidade de deslocamento das marcas hegemônicas que o capturam. Assim, evidencia-se que o território, na perspectiva psicanalítica, não se restringe à geografia, mas pode ser criado como espaço de reinscrição subjetiva.

As outras duas experiências são intervenções no território no sentido clássico, e não no subvertido, como nas duas anteriores. Como diz Ondina Machado (2008, p. 15), já não basta acolher apenas aqueles que nos procuram no consultório, mas apostar que muitos no território podem se valer do encontro com a Psicanálise.

3. A terceira é o Narrativas Memorialísticas, que parte da ideia de que toda fala de um sujeito é uma ficção e fixações de gozo a significantes vindos do outro social. É uma metodologia realizada em três tempos: o de narrar as ficções, o de produção por artistas a partir dessas ficções e, em terceiro lugar, o encontro entre todos os atores — quem narrou, quem escutou e quem criou (Moreira & Guerra, 2023, p. 15). Com a palavra tomada pelos jovens, considera-se que esta seja ouvida no território para destituir o lugar do analista como o do que sabe ou que vai impor um saber. “Assim, íamos aos seus espaços, naqueles em que eles nos indicavam — por isso as narrativas realizadas em territórios — e lhes perguntávamos se tinham interesse em contar sua história de vida, de modo que outros jovens pudessem compartilhar e aprender com sua experiência no âmbito da pesquisa” (Guerra et al., 2022, p. 48).

4. A quarta é Digaí Maré. O Digaí Maré se inspira na lógica lacaniana do Cartel para pensar um dispositivo clínico no território da favela. O grupo como tática não se restringe aos movimentos de procura de um sujeito (Lutterbach, 2008), mas parte da oferta para que uma demanda possa acontecer em um determinado território. A ideia é a do analista se colocar como mais um para que uma elaboração singular de cada membro do grupo possa ocorrer, considerando que o coletivo é necessário para que se delimite o que se pode dizer e o que se deve resguardar para não fixar os membros do grupo em sintoma universal (Vieira, 2008, p. 32 e 35). E como trabalho com grupo, a necessidade de estabelecer um tempo para que não haja uma cola imaginária que dê uma identificação ao ideal, indicando que o que ocorre é, o que é considerado a partir de Miller na conversação de Barcelona, a incidência de um ciclo de análise que pode se encerrar e começar outro em outros grupos (Ciscato, 2008, p. 101).

Podemos desdobrar a questão: as instituições conseguem reconhecer a alteridade em seu meio, tanto no sentido de uma possibilidade de ela construir saberes quanto na tentativa de erradicá-la, como o racismo faz na sociedade brasileira? Como a Psicanálise,

cujo conceito fundador — o inconsciente assim como os demais conceitos fundamentais: a pulsão, a transferência e a repetição — pode participar para colocar o campo de pesquisa e de intervenção clínica, já que, como proposto por Freud, uma não anda sem a outra? E como pensar essas questões tomando a universidade como um território em tensionamento derivado da presença de negros nos bancos escolares, um território em tensionamento que tenta invisibilizar e emudecer os negros e negras das faxinas e da vigilância e como um território que a todo momento tenta colocar os periféricos como periféricos, como os estudantes de cursinhos populares. A universidade seria um entrecruzamento não apenas de pessoas em um território, mas também uma interseção, uma encruzilhada, de territórios — territórios-corpo, com certeza, mas territórios da cidade e cosmopercepção⁵ que esses corpos também veiculam. Em uma palavra: como lidar nesse território que massifica os sujeitos a partir de significantes que os tornam anônimos em uma massa: negro; faxineiro; vigilante; ações afirmativas; cursinho popular.

Territórios

É preciso ter claro que um território é articulado a um sujeito e sua história e que, nessa proposição, ela não pode deixar de ser considerada. Por história podemos pensar tanto no sentido que leve em consideração o jogo de forças de construção de um país quanto no sentido freudiano de colocar a memória viva na história de um sujeito e de suas relações. Desse modo, podemos pensar o território de forma mais ampla e diversa, isto é, de maneira macro e micro, no intuito de pensar como as relações se estabeleceram e como a partir da história se perpetua como tensão; como também a consideração, por questão de exclusão histórica, de pessoas que nunca tiveram acesso a um atendimento, seja no âmbito social, seja no âmbito individual, fazendo com que uma escuta deva considerar a tensão entre esse nível macro e o nível micro, mas sempre na perspectiva de Koselleck, trazida por Enzo Traverso (2022), sobre a história: se ela é inicialmente contada pelos vencedores, a sua verdade será contada pelos que foram derrotados.

No nível macro, não podemos ignorar que a história do Brasil, de Minas Gerais e de São João del-Rei não está isenta de um duplo vínculo que assola os países que foram colônias a partir das Revoluções Liberais e da expansão do Capitalismo: de um lado, as pressões contratualistas que apontam para o sujeito e a dinâmica de liberdade e dono de si e da propriedade privada; de outro, experiências de relações que vêm das civilizações oprimidas, mas não dominadas, e suas diversas maneiras de se apresentar. Enquanto a primeira é amplamente difundida como avanço civilizacional, em que imperam o primado do sujeito consciente de si subordinado ao sistema de autogerenciamento e da democracia liberal, o outro é simplesmente apagado como não existente, demandando, muitas vezes, lutas para serem reconhecidos não apenas como

5 Optamos por utilizar o termo “cosmopercepção” para contrapor o termo “cosmovisão”, que, segundo Oyèrónkè Oyèwùmí (1977/2021), é usado para resumir a lógica cultural de uma sociedade que, nos moldes ocidentais, capta o privilégio do visual, desconsiderando, assim, aquelas culturas que privilegiam outros sentidos. Em contrapartida, o termo “cosmopercepção” seria mais inclusivo, na medida em que descreve a concepção de mundo por diferentes grupos culturais.

um saber “local” — local apenas no sentido de contrário a um saber universal da democracia liberal —, mas também que não seja considerado um saber folclórico e extravagante que deva ser tutelado, mas como um saber e uma experiência com legitimidade e validade reconhecida.

No nível micro, não podemos esquecer que esses saberes e experiências diminuídos são das populações que foram escravizadas e de seus descendentes e se repetem nas instituições, como as universidades. E isso importa muito, pois demonstra que esse processo é carregado de violência e que, se há uma tentativa de apagamento, há estratégias de resistência, pois, como nos lembra a psicanalista Isildinha Baptista Nogueira (2021), não se pode pensar que o processo de escravização — e desumanização — se deu sem uma grande e virulenta resistência. Será que não podemos encontrar essa resistência hoje por meio de outras estratégias?

Desse modo, é preciso saber como isso impacta os sujeitos no território geográfico que se torna um território usado. Essa é uma experiência sempre atualizada em nosso país e em cada cidade. E não podemos esquecer que a experiência da dominação colonial é uma experiência de silenciamento que se dá por quatro maneiras: o controle da língua — que, segundo Lélia Gonzalez (2020) e Yeda Pessoa de Castro (2022), não se dá completamente, muito ao contrário, até mesmo a norma culta se se levasse a sério não se colocaria com uma diferenciação tão grande em relação às outras (Bagno, 2015); pelo controle da nomeação — o batismo forçado de indígenas e africanos comprova isso, como apontou Abdias Nascimento (2016) e Clóvis Moura (2021); pelo processo de modernização que ridicularizou outros modos de sociabilidade, como as religiões de matrizes afro-ameríndias e as diversas festas (Freyre, 2006; Gonzalez, 2024; Martins, 2021; Moreira, 2020; Santos, 2022; Vainfas, 2022); o empobrecimento de parcela da população, que só pode ascender socialmente por meio do abandono de sua rede de relações e valores (Santos, 2022).

Ora, não é justamente sobre o silenciamento e as estratégias que o sujeito é obrigado, mesmo que inconscientemente, a desenvolver para poder fazer algo a partir da linguagem que a Psicanálise opera? Como ouvir aquilo que passa a ser dito por outros meios ou que não é reconhecido como um dito válido que não seja por meio de um sofrimento? Essa é a questão da Psicanálise: ouvir os modos como o sujeito apreende um saber fazer com a língua, a despeito das tentativas de silenciamento.

É aqui que devemos amplificar a questão do território. Se ela é uma opção importante, por outro lado, é importante levarmos em consideração também que na formulação de políticas públicas, principalmente a partir do trabalho de Furtado et al. (2016), que território virou muitas vezes apenas um termo que ou não corresponde às práticas que acontecem — como falar em território apenas em termos geográficos — ou não foi acompanhado de um pensamento crítico que incorreu em

abrandar a capacidade crítica e analítica dessa concepção, omitindo a caracterização do verdadeiro (des)encontro entre pessoas com sofrimento mental grave e o espaço urbano e social na sociedade brasileira contemporânea, tanto o campo científico quanto o burocrático tornam ainda mais vulneráveis e fragilizados os trabalhadores dos serviços e seus usuários. Para aqueles que tentam se inserir socialmente, é imenso o risco de sujeição a valores e comportamentos hegemônicos (Furtado et al., 2016, p. 10).

Por essas questões, Emiliano de Camargo David (2024), ao falar sobre as possibilidades de atuação no território, tenta, a partir do aquilombamento, criar outras possibilidades para o território, sobretudo se reconhecermos que a população negra e periférica é o principal usuário de políticas públicas, tanto de saúde mental quanto no campo da educação.

A universidade como território

Reafirmamos: território é um conceito importante da luta pela reforma psiquiátrica e pela atenção em saúde mental. Saber o território em que está é premissa básica para qualquer proposição situada. Retomamos aqui as respostas dadas por alunos em uma aula, quando foi perguntado em qual território da UFSJ estava situado. A pergunta na hora soou curiosa e as respostas, mesmo que não estivessem erradas, ou justamente por isso, apontavam para uma dimensão que nos interessa. A resposta que esperávamos era: São João del-Rei. Se fosse mais específica, seria: divisa entre os bairros Dom Bosco, Fábricas e São Dimas. Mas eles responderam: América Latina, América do Sul, Brasil, sudeste (!), Minas Gerais e, finalmente, alguém falou o nome da cidade.

Claro que gostaríamos de pensar as especificidades da cidade, mas todas as respostas têm em comum dois pontos que podem, se quisermos, reduzir a um: elas são nomeações de territórios a partir da perspectiva europeia — afinal, a América só é inventada como América a partir do ponto de vista europeu, que, inclusive, quis homenagear um europeu, apagando as maneiras de nomeação na região; a segunda é que estamos em uma região colonizada com todos os efeitos disso até hoje nas relações intersubjetivas e institucionais. Mas, o que é um território e como podemos pensá-lo a partir de uma noção que leve em consideração essas relações, que foram pensadas principalmente por Beatriz Nascimento por meio da ideia de quilombo? É que qualquer encontro, a partir da disposição de estar atento a essas questões, pode abrir metodologicamente a questão do território. E o território para operar, na definição de David e Milton Santos, precisa levar em consideração que as instituições e associações que os criam operam como linguagem. E, por operar no campo da linguagem, a Psicanálise sempre operou no território.

E o território que gostaríamos de abordar é a universidade. Principalmente a partir de alguns elementos que gostaríamos de destacar: o primeiro é que não podemos separar a universidade de sua cidade. Assim como Rachel Gouveia Passos (2024) demonstra que equipamentos de saúde mental reproduzem a formação social e racial brasileira, a universidade também a reproduz, mas com algumas especificidades:

- a primeira é que ela é obrigada a adotar políticas reparatórias de ações afirmativas, mas não passa do campo do acesso, não levando em consideração como fica a saúde mental daqueles que Neusa Santos Souza (2021) chamou de negro em ascensão social;
- a segunda é que ela também não leva em consideração a sua região periférica, relegando a atuação para os docentes, servidores técnicos e discentes, principalmente quando nos referimos à preparação para o acesso à universidade, como é o caso dos cursinhos populares;

- A terceira é que não pensa e não é instada a repensar sua estrutura de acolhimento e sua estrutura curricular, pensando no que José Jorge de Carvalho (2022) chama de cotas epistêmicas, que é o reconhecimento dos saberes tradicionais como epistemes válidas — esse ponto é importante, pois impacta o campo do acolhimento e do reconhecimento de si na universidade;
- a quarta é o não reconhecimento de que os negros e indígenas já estão nas universidades desde sua fundação, pois são eles que, muitas vezes, são lideranças em seus territórios que não são reconhecidos como membros da comunidade, o que afeta inclusive um olhar sobre os sujeitos que entram por ações afirmativas por terem como lugar ou se tornar outra coisa, ou ser alguém no campo do trabalho não reconhecido.

Todas essas pessoas são consideradas a partir do que podemos chamar de significantes massificantes que não permitem o reconhecimento nessas pessoas, por causa do que Oracy Nogueira (1954) chama de racismo de marca, de um sujeito. E é nisto que a Psicanálise aposta: que, por outro lado, esses sujeitos podem encontrar meios de tomar a palavra e que é necessário encontrar meios de pensar sua escuta no território que a universidade também é.

A clínica no capitalismo racial

Jacques-Alain Miller e Eric Laurent (2005) ministraram em 1996 um seminário com um nome curioso: O Outro que não existe e seus comitês de ética. A ideia é que a perda dos ideais leva à inexistência do Outro como princípio regulador entre os sujeitos, levando a uma sociedade fragmentada em comitês de ética para dar conta de problemas cada vez mais individualizados, no sentido de que eles não se articulam em um laço social, fragmentando, inclusive, a luta contra o capitalismo em identidades fechadas sobre si mesma. A cada problema social, seu comitê de ética e suas agendas em movimentos apartados de outros movimentos. Se hoje a noção de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw ganha cada vez mais relevância, é, a nosso ver, como uma maneira de responder à individualização liberal nas lutas sociais. Como lembra Carla Akotirene (2022),

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado — produtores de avenidas identitárias em que as mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (p. 19).

Mas podemos ler a ideia de que o Outro não existe por uma outra perspectiva: com a expansão capitalista, há, como previu Lacan (1974/2003), uma expansão do racismo de maneira cada vez mais voraz. Se no racismo o negro é sempre colocado no lugar de Outro, numa época sem lei reguladora, ao negro nem o lugar de Outro é possível ocupar, uma vez que ele não deve existir e, assim, ser exterminado. É algo parecido com o que Achille Mbembe (2018) fala de universalização da condição negra:

Desde logo, os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem, agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de

todas as humanidades subalternas. Em seguida, essa tendência à universalização da condição negra é simultânea ao surgimento de práticas imperiais inéditas, tributárias tanto das lógicas escravagistas de captura e predação como das lógicas coloniais de ocupação e exploração (p. 17).

Ora, é a isso que devemos estar atentos quando lidamos com significantes massificantes: há um discurso por trás dele que tenta, a todo momento, invisibilizar pelo extermínio e emudecer pela lógica da ocupação. É a pergunta que Luiz Rufino faz sobre as ações afirmativas: colocar os negros para serem brancos na universidade é uma maneira de manter o negro — em tudo que ele exerce como valores fora da universidade — relegado a um lugar de exploração. Isso não comanda apenas as relações sociais, comanda uma tentativa de orientar o desejo para o abandono de tudo o que for negro, impedindo que haja um verdadeiro sincretismo em que as epistemes afro-indígenas sejam reconhecidas, mas uma exploração do desejo para um impasse: o de branco como índice da modernidade liberal — e aí o negro não existe — ou de que o negro deva ser considerado em lócus isolado, fora da história e seus valores apenas como resquícios de um passado, como apontaram Cusicanqui (2019), a respeito dos indígenas na Bolívia, e Segato (2022), sobre os indígenas no Brasil — e aí ele é reduzido a uma identificação sem alteridade e toda sua atuação se limita a estar no escopo de comitês de ética e precarizando a luta emancipatória de todos os subalternizados, implicando uma neossegregação. A universidade não está isenta dessa afirmação, ao menos não em princípio.

Assim, a época do Outro que não existe favorece uma identificação que podemos chamar de neossegregatória (Recalcati, 2019) — sem a alteridade que possibilita a diferenciação, a identificação é por meio de insígnias que permitem facilmente o sujeito se localizar em uma comunidade que se encerra em si mesmo. Comunidade de iguais, ela se torna uma comunidade cujo objetivo é garantir recursos e direitos para o seu grupo, incluindo em uma segregação ansiada. O debate entre os movimentos de pais de autistas e de autistas de alto funcionamento — ou de nível de suporte nível 1, como é dito atualmente — indica bem esse problema. Aqui passamos de um processo de identificação que reporta à alteridade para uma colagem a uma insígnia, que remete a um fenômeno de micromassa, como lembra Massimo Recalcati.

A grande questão é que essas insígnias que encerram o sujeito em uma comunidade fechada no laço social são nomeações ofertadas pelo Outro, como não poderia deixar de ser. Uma nomeação que se torna não desejada, mas anônima pela política, fazendo que o campo do sujeito que pode tensionar as relações sociais fique esparsa e perdido na lógica do reconhecimento imaginário como membro de um grupo, sem o devido questionamento do porquê de esses grupos serem segregados. Como Ortega (2008) já demonstrou, nem sempre foi assim no campo da deficiência, por exemplo.

É desse olhar do Outro que tratamos quando estabelecemos um programa de atendimento às pessoas que estão encarceradas no Olhar do Outro. Tornar a generalidade de atendimento às massas em urgência política — politicamente, agir de modo a abrir a alteridade no campo das políticas públicas — e urgência subjetiva — subjetivar para que não fique às voltas com uma generalização política que não considera a singularidade e o inapropriável de cada um.

Para realizar isso, partimos de dois conceitos que também tiveram de ser deslocados para dar conta do território-universidade e de seus significantes massificantes: o de monossintoma e o de conversação. Partimos deles porque são práticas provenientes da expansão da clínica psicanalítica para além dos casos neuróticos e do *setting* clássico. Mas, como veremos, quando os trabalhamos no território e em relação às ações afirmativas, precisamos modificá-los para que um trabalho efetivo seja realizado, como demonstram alguns já realizados no país.

De acordo com Recalcati (2007), monossintoma é algo que não divide o sujeito, não causa enigma, mas, por outro lado, o situa como alguém que pertence a uma comunidade a partir desse sintoma. E, ao fazer parte de uma comunidade sintomal, o sujeito se prende em uma armadilha da qual não consegue sair. Se tomarmos a leitura de Lélia Gonzalez (2020) de que o racismo é nossa neurose cultural, podemos considerar que o olhar generalizante do outro massifica os sujeitos, impedindo-os de agirem como sujeitos; em outras palavras, consideramos que os efeitos do racismo sob as populações de ações afirmativas produzem efeitos de monossintoma. O negro, o pobre, a mulher sem marido, o familiar de autista, cada um deles será massificado justamente para que não emergja como sujeito. Nesse sentido, emergir como sujeito seria, antes de mais nada, poder questionar o laço social que torna possível a segregação e a generalização. Nossa questão, então, ao ouvir esses sujeitos, é a mesma que Jean Oury (2009) propôs: como “colocar em prática sistemas coletivos e, ao mesmo tempo, preservar a dimensão de singularidade de cada um” (p. 19).

De modo que o que nos interessa do monossintoma é que ele funcione como uma metáfora social (Ferraz, 2023, p. 15). Uma metáfora que opere no sentido de um congelamento, uma afânise. Ainda segundo Recalcati (2004), os grupos monossintomáticos são marcados pelo surgimento de Associações que reúnem sujeitos a partir de um traço identificatório comum, um vínculo entre os semelhantes, entre sujeitos que se reconhecem como homogêneos e acabam excluindo a possibilidade da diferença. Recalcati (2004; 2007) cita como exemplos: Associações de depressivos, dos que têm ataques de pânico, de enfermos das mais variadas patologias, dos que ostentam o título de “ex” — como ex-toxicômanos e ex-alcoólatras — e de familiares de esquizofrênicos (Ferraz, 2023, p. 57). A autora destaca ainda que esses sujeitos não estariam reunidos em um grupo, mas compartilham dessa identificação social e sofrem isoladamente, anonimamente referenciados a esse significante (Ferraz, 2023).

É aqui que a aproximação e afastamento dos monossintomas se faz importante, pois essa massificação se coloca para todos que estão sob a insígnia do olhar massificante do Outro: ações afirmativas, cursinho popular, mulheres destituídas, etc. Será que se juntas as pessoas não passariam a ver semelhanças; descobrir diferenças; produzir saídas, sejam elas coletivas, sejam individuais? Por isso a oferta em pensar a clínica a partir dos significantes massificantes para que a partir da escuta desses significantes possamos fazer emergir, como diz Lacan, um novo significante de um estilo novo. Afinal, como nos aponta Lacan (1964/2008), Tiquê só pode se realizar à medida que, a partir da repetição, se cria abertura para o encontro com o Real, e faça-se em ato, algo que seja da ordem desse significante.

Tanto a Psicoterapia Institucional de Tosquelles (2024) quanto a dos Coletivos de Jean Oury (2009), a experiência em Bonneuil (Mannoni, 1986) ou a do Courtil (Di Ciaccia, 2003), ou

ainda a experiência SPK (2024) partem sempre do campo psicopatológico. Nossa proposta passa, então, a fazer uma torção nessas experiências massificadas que irrompem no campo do capitalismo. Justamente por considerarmos que é o capitalismo o que a todas unifica. Trata-se de tomar como uma oferta capitalista a partir desses significantes massificantes, mas que não são do campo da psicopatologia, como pode ser verificado na experiência de Recalcati com a anorexia e bulimia, por exemplo. E como com a Psicanálise, conforme dizem Acha⁶ (2007) e Azoulay⁷ (2024) outra história pode ser contada que não seja reduzida aos significantes ofertados pela cultura hegemônica, seja na psicopatologia, seja em relação ao racismo institucional na universidade.

A emergência de grupos monossintomáticos no campo psicopatológico é um efeito segregatório do capitalismo. Mas a criminalização e a falta de oportunidades para a população periférica, a invisibilização dos trabalhadores, a exploração das mulheres, trans e homossexuais, a expansão do racismo prevista por Lacan, que levou Achille Mbembe (2018) dizer que estamos num devir negro, nada disso pode ser pensado sem o capitalismo. Podemos, a partir da chave de leitura oferecida por Mbembe, verificar outro efeito do capitalismo que não se restringe apenas aos grupos formados a partir de um sintoma psíquico ou médico tornar-se um grupo autossegregatório, mas ao incidir sobre os movimentos sociais opera com efeitos monossintomáticos. Um exemplo disso é o conhecido feminismo liberal, ou os exemplos que Asad Haider (2019) traz ao propor as armadilhas da identidade, que geram identificação maciça com significantes segregatórios, levando alguns movimentos sociais a se autossegregarem, mantendo a dinâmica racial instaurada pela branquitude.

Para evitarmos cair nessa armadilha, é importante a prática da conversação. Como lembram Ana Lydia Santiago e Raquel Martins Assis (2018), a prática da conversação é a atuação com um determinado coletivo que visa à desconstrução do Outro escolar, que no caso delas se realizou com professores e alunos da rede pública de ensino de Belo Horizonte. A partir da conversação, seria possível, então, reconhecer nas nomeações oferecidas pelo Outro a escuta dos significantes massificantes e segregatórios, pontos de falha no saber acadêmico. Quando a palavra é ofertada na conversação, o encadeamento de significantes pode modificar a relação com esse S1 que congela a pessoa sempre numa mesma posição. A partir dessa

6 Omar Acha é autor de *Freud y el problema de la historia: un abordaje de la relación de la historiografía y el psicoanálisis*, em que propõe uma articulação entre historiografia e Psicanálise, oferecendo-nos coordenadas para pensar a noção de historiografia lacaniana, isto é, uma historiografia que se propõe a ouvir os hiatos e lacunas da historiografia oficial: “Uma conclusão possível de se derivar aqui é que a concepção do objeto de interpretação — o sintoma — não estabelece uma relação linear com o passado, e que a ‘lembrança’ deve tanto ao passado quanto ao presente. A temporalidade psicanalítica questiona a aparente evidência da continuidade e, se não afirma a descontinuidade radical, é porque problematiza a questão da origem e da repetição” (2007, p. 20, tradução nossa).

7 Ariella Aïsha Azoulay é autora de *História potencial: desaprender o imperialismo*, em que trabalha a noção de arquivo tradicional e propõe um tensionamento entre este e as outras formas de arquivo, A autora afirma que reconhecer essas outras formas de arquivo passa por desaprender o imperialismo, que, por sua vez, se trata de reescrever a história que congela pessoas, no lugar de meras beneficiárias da dádiva de direitos concedida por seus captadores: “Desaprender o imperialismo é perguntar não como ele poderia ser combatido amanhã, mas como foi combatido ontem, e anteontem, de tal modo que os muitos fragmentos possam permanecer juntos fora da temporalidade do progresso que molda a violência infligida sobre eles como uma condição” (2024, p. 42).

escuta, seria possível, no deslizar da cadeia de significantes que representa o sujeito, apontar para uma história que não é fixada, mas viva e atual, o que Leda Maria Martins (2021) chama de performance do tempo espiralar, isto é, aquilo que resulta de múltiplas imbricações, de movimentos que são ao mesmo tempo retrospectivos e prospectivos, e que incluiria não um significante massificante, mas “todos os seres e todas as coisas, ou seja, tudo o que existe em suas várias formas e âmbitos de existir e de ser . . . desde as relações familiares mais íntimas até às práticas sociais e comunais mais amplas e mais diversificadas” (p. 207), ou seja, o oposto do significante massificante que paralisa.

Desse modo, o que percebermos a partir da clínica de conversação com público das ações afirmativas foi a presença e os efeitos não só dos significantes monosintomáticos, mas também segregatórios, e para ouvir tais efeitos, devemos, portanto, ser uma clínica que pensa os efeitos do capitalismo. Lacan (1966-1967/2024) aponta para isso no Seminário 14, ao dizer que esses sujeitos que são colocados como periféricos ou como objetos de ação do Estado ou do especialista em Psiquiatria em um lugar de segregação:

Na verdade, tomando as coisas em um horizonte um pouco mais amplo, penso que já estava mais do que na hora. De fato, sem esse objeto a cujas incidências se fizeram sentir muito amplamente, me parece, para as pessoas de nossa geração, muitas análises poderiam ser feitas — tanto no plano da subjetividade quanto no da história e de sua interpretação — ficam deficitárias em relação ao que vivemos como história contemporânea. É precisamente o caso das análises disto que batizamos, utilizando um termo inapropriado, com o nome de totalitarismo (p. 13).

Qual lugar essas pessoas ocupam na fantasia histórica que as coloca sempre nesse lugar periférico? Por que, atualmente, é necessário que elas consentam com esse lugar de segregação quando conseguem entrar nas universidades (que sempre recai sobre um ideal de perfeição ou erudição)? Como um reconhecimento imaginário se tornou suficiente para alguns sujeitos não avançarem sobre a crítica que os alienaram nesse lugar, seja por causa de sua origem étnica, da cor de sua pele, de seu sexo, seja por causa de sua classe? Como isso tudo funciona como insígnia imaginária impedindo a emergência de um sujeito? Como lidar com essas questões não mais a partir de uma demanda do Estado — que nunca tem uma urgência política — nem como demanda de um grupo que não reconhece uma alteridade — que nunca reconhece seu lugar de sujeito, mas sempre o mesmo e reiterado lugar de objeto a ser exterminado?

Haider (2019, p. 33) nos aponta que as categorias de raça, gênero e classe nomeiam relações sociais inteiramente diferentes, e não são abstrações que precisam ser explicadas em termos de histórias materiais específicas. Assim, partimos das nomeações oriundas dos efeitos produzidos pelos significantes massificantes, reconhecendo que se eles apontam para processos de não emancipação, para, por outro lado, reconhecemos que quando o sujeito toma a palavra, e a faz circular, ele mesmo pode se posicionar de maneira distinta, abrindo caminhos para uma emancipação que não seja a fixidez em lugar de dominação e que o desejo seja realmente subversivo, tal como demonstraram Freud e Lacan a partir da Psicanálise.

Em nossa clínica, pudemos estar com sujeitos que encontraram saídas e elaborações elegantes (Lacan, 1955-1956/1985)... não sem encontrarmos dificuldades para que fossem

realizadas em grupo. A proposta de atender na clínica escola, de um projeto que ainda é identificado como institucional — ainda que não voltado para uma sintomatologia específica, mas identificado com o significante de ações afirmativas —, trouxe alguns impasses, uma vez que levou, principalmente as faxineiras, a não quererem participar de conversações. Isso ocorreu sobretudo pelo receio de que o que fosse falado pudesse ser usado contra elas pelas próprias colegas ou pela direção universitária — e entre os alunos da própria universidade —, ou seja, receio de que colegas pudessem passar para frente informações vulneráveis. Isso demonstra que mesmo diante da oferta da palavra e do sigilo o racismo institucional consegue impor dinâmicas de silenciamento.

Esses impasses não encontramos entre os estudantes do cursinho popular. Nesse caso, nosso impasse fez-se outro, dado que, apesar de terem, num primeiro momento, aceitado participar das conversações, poucos compareceram ao segundo encontro e quase nenhum no terceiro. Nesse sentido, nossa hipótese é a de que, em primeiro lugar, eles aceitaram justamente por não fazer parte da instituição, portanto por não temerem participar das conversações. Por outro lado, o que levantamos como hipótese para a baixa permanência foi algo que aparece frequentemente no discurso desses sujeitos: de que a Universidade Federal não seria “para eles”, pois ela seria uma universidade de elite, por ser federal, enquanto a particular seria a universidade para os são-joanenses. Encontramos aí, mais uma vez, uma questão que é importante: não trataremos das questões do racismo apenas trabalhando na universidade, mas também fora, no território-cidade. Isso demonstra que é importante traçarmos estratégias metodológicas a partir de um modo de circulação da palavra para vermos o quanto a dificuldade de pertencimento acomete os sujeitos que são alvo de uma política de segregação.

Percebemos então, com esse cenário, como há no mundo moderno um consentimento para a violência incidindo sobre os subalternos (Silva, 2022), produzido pela instrumentalização dos significantes massificantes. Estes utilizados pelo discurso capitalista faz com que os sujeitos sejam capturados por esse ideal de uma produção “perfeita” e “ilimitada”, marcada especialmente em falas como “dar conta de tudo”, “ser reconhecido”; “chegar ao topo” etc. Assim, a Psicanálise oferece possibilidade de escuta a determinada população e permite verificarmos que tais significantes operam especialmente a partir de dois eixos principais, como nos aponta Souza (2021), o modelo discursivo (capitalista) se faz viabilizar pela eficácia de mecanismos ideológicos e sua garantia em nível psíquico por seus efeitos marcantes em dois aspectos estruturais: o “narcisismo e ideal do ego, forças estruturantes do psiquismo que desempenham um papel-chave na produção do negro enquanto sujeito-sujeito, identificado e assimilado ao branco” (p. 63).

Curiosamente, se por meio da conversação na universidade encontramos impasses, nos tratamentos individuais encontramos passes. A conversação, como vimos, cumpre o papel de o sujeito se haver com significantes massificantes, mas, ao mesmo tempo, subjetivar algo para demandar atendimento individual. No individual, muitos conseguiram se separar dos efeitos massificantes dos significantes oferecidos a eles na universidade. De um lado, conseguimos encontrar sujeitos que conseguiram notar que a nomeação por meio institucional poderia ser modalizada pelo desejo e seus impasses, e que isso poderia mobilizá-lo na universidade a partir

de uma militância que não fosse alienada a uma identidade fechada. Alguns abandonaram dizendo ainda que psicoterapia não era para eles, principalmente quando se chegava perto de questões que permitiriam certa separação da posição ofertada pela cultura contemporânea.

Assim, a percepção dos significantes massificantes na população escutada na experiência clínica oferecida pelo Gbalá, de raça, classe, etc., aponta justamente para os efeitos daquilo que Mbembe (2018) conceitualiza como devir-negro, a partir do qual afirma que não poderíamos nos “furtamos à constatação de que negro e a raça nunca foram elementos fixos. Pelo contrário, sempre fizeram parte de um encadeamento de coisas elas mesmas inacabadas” (p. 20). É nesse sentido que essa população chega identificada e unificada sob a insígnia das “ações afirmativas”, significante esse que a localiza em um lugar de não pertencimento, ainda que tenham acesso à universidade garantido por essa política pública. É aqui que a Psicanálise opera seus efeitos, possibilitando a retomada do corpo com a escuta das marcas singulares de cada um e abrindo para a criação de respostas — ou melhor, de perguntas — singulares e para a possibilidade de ocupar esses lugares e territórios de formas que, antes, sequer poderiam ser imaginadas. Seja pelo reconhecimento de um desejo, seja pelo reconhecimento do temor do racismo institucional que leva essa população a se organizar por outros caminhos. Mas notamos também que, metodologicamente, sem consideração de ação nos territórios-universidade e no território-cidade como um sujeito a ser interpretado para se haver com o racismo como ódio ao corpo do outro, muitos impedimentos também encontraremos no desenrolar do processo. Pensar metodologicamente nos permitiu avançar, mas também nos permitiu delinear novas questões para a Psicanálise que opera no território.

Referências

- Acha, O. (2007). *Freud y el problema de la historia*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Akotirene, C. (2022). *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra.
- Aléman, J. (2024). *Breviário Político de Psicanálise*. São Paulo: Iluminuras.
- Ansermet, F. (2003). *A clínica da origem*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Azoulay, A. A. (2024). *História potencial: desaprender o imperialismo*. São Paulo: Ubu.
- Bagno, M. (2015). *Preconceito linguístico*. São Paulo: Parábola.
- Carvalho, J. J. (2022). Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma Antropologia antirracista e descolonizadora. *Mana*, 28(3), e2830402. Recuperado em 13/03/2023 em <<https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a>>
- Castro, Y. P. (2022). *Camões com dendê: o português do Brasil e os falares afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: TopBooks.
- Ciscato, M. (2008) Atendimento Psicanalítico na Favela. In: Machado, O. M. R. & Grova, T.. (Org.). *Psicanálise na Favela Projeto Digaí-Maré: a clínica dos grupos* (pp.117-122). Rio de Janeiro: Associação Digaí Maré.

- Cusicanqui, S. (2019). *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1
- David, E. C. (2024). *Saúde mental e relações raciais: desnorteamento, aquilombação e antimanicomialidade*. São Paulo: Perspectiva.
- Di Ciaccia, A. (2003). Inventar a Psicanálise na Instituição. In: Harari, A. et al. *Os usos da psicanálise: primeiro encontro americano do Campo Freudiano*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Ferraz, N. (2023). *Uma leitura psicanalítica das implicações da construção da identidade "família de autista"*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Brasil.
- Freyre, G. (2006). *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global.
- Furtado, J. P., Oda, W. Y., Borysow, I. C. & Kapp, S. (2016). A concepção de território na saúde mental. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(9), e00059116. Recuperado em 13/03/2026 em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00059116>>
- Gilroy, P. (2012). *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Gomes, F.S. et al (2021). *Enciclopédia Negra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gonzalez, L. (2024). *Festas populares no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Guerra, A., Moreira, J. O. & Silva, A. C. (2022). Narrativas memorialísticas e arte na cena da pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais. *Psicologia em Estudo*, 27. Recuperado em 17/03/2026 em: <<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.47143>>
- Haider, A. (2019). *Armadilha da identidade*. São Paulo: Veneta.
- Lacan, J. (2003). Televisão. In: Lacan, J. *Outros escritos* (pp. 508-543). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1974).
- Lacan, J. (1985) *O Seminário, livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1955-1956).
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1964).
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 14: A Lógica do Fantasma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1966-1967).
- Lutterbach, A.L. (2008). A psicanálise e a guerra: estratégia, tática e política. In: Machado, O. M. R. & Grova, T. (Org.). *Psicanálise na Favela Projeto Digaí-Maré: a clínica dos grupos* (pp. 19-24). Rio de Janeiro: Associação Digaí Maré.
- Machado, O. M. R. (2008) Efeitos Terapêuticos rápidos da Psicanálise. In: Machado, O. M. R.; Grova, T. (Org.). *Psicanálise na Favela Projeto Digaí-Maré: a clínica dos grupos* (pp. 44-50). Rio de Janeiro: Associação Digaí Maré.
- Martins, L. M. (2021). *Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra* (S. Nascimento, Trad.). São Paulo: n-1 edições.

- Mannoni, M. (1986). *Bonneuil seize ans après: comment échapper aux destins programmés de l'État-providence*. Paris: Denoël.
- Miller, J.-A. & Laurent, E. (2005). *El Otro que no existe y sus comités de ética*. São Paulo: Paidós.
- Moreira, A. (2020). *Racismo Recreativo*. São Paulo: Jandaíra.
- Moreira, J. O. & Guerra, A. (2023). *Narrativas memorialísticas: metodologia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais complexos*. Porto Alegre: EdIPUCRS.
- Moura, C. (2021). *O negro: de bom escravo a mau cidadão*. Campinas: Dandara.
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva.
- Nascimento, B. (2022). *História Escrita por Mãos Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente*. São Paulo: Perspectiva.
- Nogueira, O. (1954). Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: relações raciais no município de Itapetininga. *Anhemi*, Xiv(41), 23-55.
- Ortega, F. (2008). O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, 14(2), 477-509. Recuperado em 13/03/2026 em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200009>>
- Oury, J. (2009). *O coletivo*. São Paulo: Hucitec.
- Oyèwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (Nascimento, W. F., Trad.). São Paulo: Bazar do Tempo. (Obra original publicada em 1997).
- Passos, R. G. (2024). Saúde mental, atenção psicossocial e interseccionalidades: formação e prática antirracistas e decoloniais. São Paulo: Hucitec.
- Recalcati, M. (2004, julho). A questão preliminar na época do Outro que não existe. *Latusa Digital*, 1(7).
- Recalcati, M. (2007). Sobre la práctica analítica con grupos monosintomáticos. In: Recalcati, M. *Clínica del vacío: anorexia, dependencias, psicosis* (pp. 303-313). Madrid: Síntesis.
- Recalcati, M. (2019). *Que queda del padre?* Barcelona: Xoroi.
- Santiago, A. L. & Assis, R. M. (2018). *O que esse menino tem? Sobre alunos que não aprendem e a intervenção da Psicanálise na escola*. Belo Horizonte: Relicário.
- Santos, Y. (2022). *Racismo brasileiro: uma história da formação do Brasil*. São Paulo: Todavia.
- Segato, R. (2022). Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial de alta intensidade. In: Segato, R. *Oito ensaios sobre a colonialidade* (pp. 85-120). São Paulo: Bazar do Tempo.
- Silva, D. F. (2022) *Homo Modernus*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Silva, M. L. (2017) Racismo no Brasil: Questões para Psicanalistas Brasileiros. In: Kon, N. M., Silva, M. L. & Abud, C. C. *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a Psicanálise* (pp. 71-87) São Paulo: Perspectiva
- Silva, M. L. & Kon, N. M. (2024). Corpo-Território-Coletivo. In: Setubal, T., Soranso, V., Guizelini, L. & Almeida, F. *Territórios Clínicos* (pp. 27-36). São Paulo: Perspectiva.

Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SPK. (2024). *Fazer da doença uma arma*. São Paulo: Ubu.

Tosquelles, F. (2024). *Uma política da loucura e outros textos*. São Paulo: Ubu.

Traverso, E. (2022). *Melancolia de esquerda: Marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Âyiné.

Vainfas, R. (2022). *A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Vaz, L.S. (2022). *Cotas Raciais*. São Paulo: Jandaíra.

Vieira, M.A. (2008). O sintoma coletivo. In: Machado, O. M. R. & Grova, T. (Org.). *Psicanálise na Favela Projeto Digaí-Maré: a clínica dos grupos* (pp. 25-35). Rio de Janeiro: Associação Digaí Maré.

Subject and belonging: psychoanalytic twists in the face of public policies of affirmative action

Abstract

What methodological reflections are required of Psychoanalysis when it works with subjects who have been systematically segregated in Brazilian society, particularly within the university setting? We propose a psychoanalytic reflection on the subject and the notion of belonging within the context of public policies of affirmative action. Based on clinical listening and conversation groups, it is noted that when public policies promote the access of historically excluded groups to institutional spaces such as the university, subjective effects are produced that strain traditional forms of recognition and identification. Drawing on psychoanalytic theory, we seek to elucidate the relation between the capitalist discourse and the inscription and perception of the effects of massified signifier production. The concept of *monosymptom* is used as a theoretical tool to support this reading. Thus, the proposal with the conversation groups involves offering a space of listening to the twists subjects make in order to belong to the university territory, without losing sight of the marks of the unconscious and the collective history that traverse them. Belonging, therefore, more than a fixed identity, constitutes itself as a process in constant elaboration.

Keywords: Psychoanalysis. Affirmative actions. Belonging. Monosymptom.

Sujet et appartenance: torsions psychanalytiques face aux politiques publiques d'actions affirmatives

Résumé

Quelles réflexions méthodologiques s'imposent à la Psychanalyse lorsqu'elle accueille des sujets qui ont été systématiquement marginalisés dans la société brésilienne, plus particulièrement dans le territoire universitaire? Nous proposons une réflexion psychanalytique sur le sujet et la notion d'appartenance dans le contexte des politiques publiques d'actions affirmatives. À partir des écoutes cliniques et des groupes de conversation, il est observé que, en favorisant l'accès de groupes historiquement exclus aux espaces institutionnels tels que l'université, les politiques publiques produisent des effets subjectifs qui mettent en tension les formes traditionnelles de reconnaissance et d'identification. À partir de la théorie psychanalytique, nous cherchons à élucider la relation entre le discours capitaliste et l'inscription et la perception des effets de la production de signifiants massifiés. Le concept de *monosymptôme* est utilisé comme outil théorique pour soutenir cette lecture. Ainsi, la proposition avec les groupes de

conversación consiste à offrir une écoute aux torsions que les sujets opèrent pour appartenir au territoire universitaire, sans perdre de vue les marques de l'inconscient et de l'histoire collective qui les traversent. L'appartenance, dès lors, plus qu'une identité fixe, se constitue comme un processus en constante élaboration.

Mots-clés: Psychanalyse. Actions affirmatives. Appartenance. Monosymptôme.

Sujeto y pertenencia: torsiones psicoanalíticas ante las políticas públicas de acciones afirmativas

Resumen

¿Qué reflexiones metodológicas se imponen al Psicoanálisis cuando atiende a sujetos que han sido sistemáticamente segregados en la sociedad brasileña, especialmente en el territorio universitario? Proponemos una reflexión psicoanalítica sobre el sujeto y la noción de pertenencia en el contexto de las políticas públicas de acciones afirmativas. A partir de las escuchas clínicas y de los grupos de conversación, se observa que, al promover el acceso de grupos históricamente excluidos a espacios institucionales como la universidad, las políticas públicas producen efectos subjetivos que tensionan las formas tradicionales de reconocimiento e identificación. Desde la teoría psicoanalítica, buscamos dilucidar la relación entre el discurso capitalista y la inscripción y percepción de los efectos de la producción de significantes masificados. El concepto de *monosíntoma* se utiliza como herramienta teórica para sostener esta lectura. Así, la propuesta con los grupos de conversación pasa por ofrecer una escucha a las torsiones que los sujetos realizan para pertenecer al territorio universitario, sin perder de vista las marcas del inconsciente y de la historia colectiva que los atraviesan. La pertenencia, por lo tanto, más que una identidad fija, se constituye como un proceso en constante elaboración.

Palabras clave: Psicoanálisis. Acciones afirmativas. Pertenencia. Monosíntoma.

Recebido em: 27/10/2025

Revisado em: 03/11/2025

Aceito em: 04/12/2025